SUSANA LIMA

AS BATALHAS QUE FIZERAM PORTUGAL

LIVROS D'HOJE

ÍNDICE

Introdução 9
1. São Mamede – A primeira tarde portuguesa 13
2. Ourique – Viva o Rei! 25
3. Aljubarrota – Tudo por um reino 35
4. Ceuta – O primeiro passo para o império 47
5. Diu – A maior batalha naval portuguesa 61
6. Goa – A joia da Índia 75
7. Alcácer Quibir – O preço da ilusão africana 89
8. Alcântara – O início do domínio filipino 103
9. Montes Claros – A vitória final da Restauração 115
10. Buçaco – Na linha de alturas 127
11. Porto – Guerra de irmãos 139
12. Incursões monárquicas – Abaixo a República! 155
13. La Lys – Uma derrota decisiva 167
14. Tridente – A primeira grande operação 179

Bibliografia citada 193

INTRODUÇÃO

Contra os canhões, marchar, marchar!

Fortes, determinados e destemidos, os Portugueses enfrentaram tudo e todos para defender os seus ideais. Os relatos dos confrontos parecem, por vezes, recortados de um livro em que os heróis são invencíveis.

Foi assim que me senti ao escrever *As Batalhas Que Fizeram Portugal*: invencível. Entre soldados e comandantes, reis nacionais e estrangeiros, intrigas e vontades. O resultado é invariavelmente o mesmo: a batalha. O desembainhar de espadas, o disparar de armas, o ribombar de canhões de terra e mar.

Mas qual o segredo das muitas vitórias dos Portugueses? A inferioridade numérica era frequente e as condições do terreno jogavam muitas vezes contra eles. Uma vontade de ferro unia estes homens. Uma vontade que os fazia avançar mesmo quando a razão os mandava para a retaguarda. Uma vontade conduzida por líderes experientes, ferozes e temidos pelo inimigo. Foi este o sentimento que ficou depois de muitas batalhas vividas no papel.

Derrotas? Também as houve. A sua importância para o curso da História de Portugal mereceu-lhes lugar nestas páginas. Alcácer Quibir (4 de agosto de 1578) é talvez a mais emblemática. Um jovem e

inexperiente rei – D. Sebastião – que sonhava com fabulosas conquistas em África e que tudo fez para impor a sua vontade. A aventura custar-lhe-ia a vida e colocaria em risco a independência de Portugal. Risco que, em 1580, se tornou realidade quando, na batalha de Alcântara, o rei de Espanha tomou o trono de Portugal. Era o início da dinastia filipina, que só viria a ser deposta 60 anos depois.

Também em La Lys (9 de abril de 1918) o desfecho foi trágico. E esperado. Os 20 000 portugueses colocados na frente ocidental dos Aliados enfrentaram 100 000 alemães. Em poucas horas, os homens do Corpo Expedicionário Português foram chacinados pelo inimigo. «Mas a coragem lusa sairia cara ao inimigo, que não se conseguiria recompor a tempo de vencer a Primeira Grande Guerra.»

Ao combater com mouros, espanhóis, alemães e africanos, o leitor provavelmente chegará à conclusão de que são muitos os fatores em jogo numa batalha. Estar em vantagem numérica não é garantia de vitória, ter as armas mais potentes também não. É certo que, se reunir estas duas características, será um adversário a temer, mas as condições do terreno, o clima e o estado de espírito dos combatentes desempenham um papel determinante.

Em La Lys, as trincheiras e o clima agreste foram os principais inimigos do exército. Já no Buçaco, a geografia do terreno jogou a nosso favor, enquanto nos conflitos no Oriente, a Armada da Índia demonstrou sucessivamente a sua experiência e engenho numa série de confrontos marítimos em que a nau – essa magnífica invenção portuguesa – foi estrela.

A séculos da maioria destas batalhas é-nos difícil imaginar a adrenalina que corria nas veias destes homens que lutavam corpo a corpo com o inimigo até à morte. A guerra dos nossos dias é diferente. Mais distante, mais fria, mais calculista. Ao percorrer estas páginas, desafio o leitor a imaginar o peso da armadura do soldado, da malha de ferro que lhe protegia o corpo, do capacete que lhe

cobria a cabeça e da longa espada que desembainhava ao enfrentar o inimigo. A sentir o frenesim do antecipar da batalha, a adrenalina do confronto e o desespero do final, ao percorrer o campo entre mortos e feridos.

Aqui fica, para a posteridade, a coragem destes guerreiros.

1. SÃO MAMEDE

D. Afonso Henriques comanda as tropas dos barões portucalenses.

A PRIMEIRA TARDE PORTUGUESA

Sobre a batalha que marcou o nascimento do reino de Portugal ficaria para a História apenas o essencial: a grande vitória de D. Afonso Henriques, o primeiro rei português, sem desferir um único golpe.

«Ouvida missa às primeiras horas da manhã daquele dia santo [24 de junho de 1128], D. Afonso Henriques sai de Guimarães ao encontro do inimigo. […] Ao fim de uma hora de marcha aproxima-se da crista que dá sobre a planície para São Torcato. Avista-se o inimigo. Analisa-se a situação. A hoste desce pelas veredas das encostas e rapidamente ocupa a posição que o estudo do terreno aconselhou. […] No campo português, tudo já preparado, todos já mentalizados, vive-se em crescente impaciência. […] D. Afonso, em certa altura, dará o sinal para o arranque, para o avanço sobre o adversário, e é fácil de recriar pela imaginação o estrépito dos cavalos, o tinir das armas, as nuvens de flechas, a vozearia daqueles 600 homens rompendo a correr pela planície fora. O inimigo não oferece resistência. Debanda.»[1]

A batalha de São Mamede está envolta numa aura de mistério. A ausência de documentos da época aguça a curiosidade dos especialistas que arriscam uma descrição pormenorizada, geralmente assente numa vasta experiência no terreno e numa exaustiva pesquisa histórica.

[1] Luís da Câmara Pina, *A Batalha de São Mamede.*

As dúvidas são muitas, mas certo é o grande objetivo do confronto: defender a independência do Condado Portucalense face à crescente influência galega. O jovem infante Afonso Henriques, apoiado por um conjunto de ilustres portugueses da alta nobreza, enfrenta a mãe D. Teresa, que entretanto se unira a Fernão Peres de Trava, nobre galego com vastos poderes dentro do condado. «D. Teresa apaixonou-se por ele, e ele por ela. Foi o princípio da perdição da condessa portucalense.»[2]

A parcela de terra, delimitada pelos rios Minho e Douro, havia sido doada ao conde D. Henrique de Borgonha pelo rei Afonso VI de Leão e Castela, aquando do seu casamento com D. Teresa – filha ilegítima do monarca –, como recompensa pelo auxílio prestado na Reconquista Cristã.

Onze anos separavam o casal (a noiva tinha 13), mas a cumplicidade entre ambos era grande. D. Teresa era quase um motor da vontade de D. Henrique. Apesar de prestarem vassalagem ao rei castelhano, os condes portugueses tinham alguma liberdade de movimentos e cedo perceberam que a independência era o caminho a seguir. O conde D. Henrique tentou tudo para conseguir mais autonomia para o seu território. O sonho era de ambos e, apesar da diferença de idades, partilhavam a mesma ambição, que consideravam legítima e justa. Uma prova escrita dessa felicidade encontra-se no foral de Tentúgal (1108), onde se lê: «Eu, o conde D. Henrique, juntamente com minha mulher, a formosíssima Teresa» e ela, que assina o documento com «Eu, a sobredita dulcíssima Teresa, confirmo.» Palavras que traduzem o entendimento e o carinho que uniam o casal.

Com a morte do rei Afonso VI, no dia 1 de julho de 1109, a tensão instalou-se no reino de Leão e Castela. O herdeiro do trono teria sido o infante D. Sancho, caso a derrota na batalha de Uclés

[2] Coronel Fernandes Henriques, documentário *Reis de Portugal – As Origens de Portugal.*

(1108) não lhe tivesse custado a vida – facto que afetou profundamente o velho monarca. Acabaria por ser a sua irmã, D. Urraca, a usar a coroa de Leão e Castela. Mas com uma condição, disse-lhe o pai, já moribundo: teria de voltar a casar. Viúva há dois anos, e com um filho pequeno – Afonso Raimundes, futuro Afonso VII –, a rainha acedeu. Casou com o rei Afonso I de Aragão, com o objetivo de promover a união dos reinos, o que acabaria por se consumar apenas muitos anos mais tarde.

D. Urraca casou contrariada e assim permaneceu. Prisioneira de um casamento altamente conflituoso resolveu, em 1111, sentar o filho – ainda criança – no trono da Galiza, numa tentativa de assegurar que lhe sucederia. Com Afonso VII de um lado e D. Urraca do outro, o conde D. Henrique não podia estar mais revoltado. Via-se na iminência de prestar vassalagem a uma criança ou a uma mulher que considerava não terem capacidade para manter a unidade do império. De pensamento ágil, o conde depressa percebeu que poderia aproveitar este conflito entre marido e mulher para alargar as fronteiras do Condado Portucalense. A sua estratégia era simples: envolver-se em todas as questões, ora apoiando D. Urraca, ora Afonso de Aragão. Afinal, o conflito era essencial para os seus propósitos.

O reinado de D. Urraca ficaria marcado por tensões políticas e militares, motivadas por uma constante luta pelo poder, e que envolviam também a nobreza – à semelhança do conde D. Henrique, também ela apoiava uma ou outra das fações, de acordo com os seus interesses – e o clero, que desde o primeiro momento reprovava a aliança entre Urraca e Afonso de Aragão devido ao grau de parentesco entre ambos (bisnetos de Sancho III, rei de Navarra), facto que viria a justificar a anulação do casamento pelo papa Pascoal II. Mas este ambiente de tensão permanente beneficiava o Condado Portucalense, que, pouco a pouco, se libertava dos seus laços de dependência.

D. Henrique morre em 1112, e D. Teresa assume o seu lugar no comando dos destinos do condado – Afonso Henriques, o herdeiro legítimo, tem apenas três anos. Bonita, ambiciosa e muito inteligente, depressa conquista os seus súbditos, que chegam a chamar-lhe rainha. Ela própria assina, a partir de 1117, como «Ego Regina Taresia de Portugal regis Ildefonssis filia».

Dotada de uma extraordinária força de carácter, D. Teresa assume as rédeas do Condado Portucalense com coragem e sensatez. Independente por natureza – praticamente entregue a si mesma desde os 20 anos –, a condessa luta pela preservação da identidade do Condado Portucalense e pela sua crescente individualização. Logo que lhe é possível, envolve o infante D. Afonso nos atos governativos. A sua linha de ação centra-se numa intensa política de povoamento aliada a relações externas perspicazes e inteligentes.

Decidida a conquistar a autonomia do seu território, D. Teresa exige à irmã, D. Urraca, as terras que havia prometido ao marido, expandindo deste modo as fronteiras do condado. E para enfrentar Leão e Castela, alia-se aos galegos que partilham os seus objetivos. A chegada de Fernão Peres de Trava – herdeiro da mais poderosa casa do reino da Galiza – marcaria o início do fim para a rainha portuguesa.

Os dois apaixonam-se perdidamente e depressa o galego ganha demasiado poder. D. Teresa chega a partilhar com ele a assinatura de documentos importantes.

Apesar da indubitável união entre os dois – de que resultariam três filhas – o casamento nunca se realizou. A explicação estará talvez num segundo casamento com Bermudo Peres de Trava, registado nos livros de linhagens. Terá sido esta suposta relação o impedimento para a formalização do amor entre D. Teresa e o galego, porque o direito canónico proibia um casamento posterior com um consanguíneo próximo.

Se a Galiza rejubila com esta união – veem-na como garantia de que irão ser soberanos de Portugal –, o descontentamento cresce

entre a nobreza portucalense, que vê D. Teresa substituir os fidalgos de Ribadouro (região entre os rios Douro e Minho), detentores de postos-chave no Condado Portucalense, por galegos ligados à casa dos Travas. As principais famílias portuguesas começam a juntar-se à volta de Afonso Henriques – ainda uma criança. Educado por Egas Moniz, aos 11 anos o infante já sabia o que queria, conhecia os seus apoiantes e começava a ter voz junto deles. A escolha do movimento independentista parecia ser a mais acertada.

Assumindo uma posição política oposta à da mãe, o jovem Afonso é forçado a deixar o Condado Portucalense. Fá-lo sob a orientação de D. Paio Mendes, arcebispo de Braga e um dos impulsionadores do movimento, e na companhia do seu aio, Egas Moniz. É em Tui – hoje famosa por ser a porta de entrada em Espanha para os peregrinos que fazem o caminho português para Santiago de Compostela – que aos 16 anos se arma cavaleiro – segundo o costume dos reis – e assume definitivamente o seu papel na luta pela autonomia do condado.

A revolta contra a posição assumida pela mãe, que favorece os galegos, é cada vez maior. Em maio de 1126, morre D. Urraca e o filho, Afonso Raimundes, sobe ao trono de Leão e Castela como D. Afonso VII. O novo rei quer acalmar os ânimos no Condado Portucalense e, para isso, obriga a tia, D. Teresa, a jurar-lhe fidelidade e, em 1127, no castelo de Guimarães, cerca Afonso Henriques – que não pretende submeter-se à vontade do primo.

Nenhuma das partes pretende ceder. É Egas Moniz quem resolve o impasse. O aio de Afonso Henriques dá a sua palavra de honra ao rei castelhano – o infante ser-lhe-á leal –, que retira as suas tropas. Viria mais tarde a ter de pagar a promessa, pois Afonso Henriques nunca pretendeu ser vassalo do primo.

Reza a História que Egas Moniz se vestiu e à sua família com roupas geralmente usadas pelos condenados à morte. E terá sido assim, descalços e com cordas atadas ao pescoço, que se apresen-

taram ao rei de Leão: «Senhor rei, Egas Moniz nunca faltou à sua palavra. Não pude cumprir o que prometi. Dou-vos como resgate a minha vida e a vida inocente dos meus.»[3] O rei, comovido com tamanho gesto de lealdade e coragem, perdoou Egas Moniz e mandou-o em paz dizendo: «Será grande o príncipe que tal mestre teve.» Este episódio está gravado no seu túmulo de pedra, no Mosteiro de Paço de Sousa.

O responsável pela educação do futuro rei de Portugal pertencia a uma das 30 famílias que estão na origem da nobreza em Portugal. Egas Moniz, senhor de Ribadouro, será um dos nobres que lutará ao lado de Afonso Henriques pela autonomia do Condado Portucalense. Com ele estarão também os seus irmãos Ermígio Moniz e Mem Moniz, Soeiro e Gonçalo Mendes de Sousa, o arcebispo de Braga (Paio Mendes), o cunhado de D. Afonso Henriques, casado com sua irmã Teresa Henriques (D. Sancho Nunes), e quase todos os «saneados» de 1125, como os da Silva, os Ramirões, os de Lanhoso, os Guedões, os da Palmeira, os de Azevedo, os de Marnel e muitos outros.

Clero e nobreza unem-se sob a liderança de Afonso Henriques, prontos a enfrentar D. Teresa e Fernão Peres de Trava. A condessa pede auxílio a Afonso VII nesta luta contra o filho. Mas o rei de Leão e Castela não pretende envolver-se no conflito.

Cansado do seu papel passivo no desenrolar dos acontecimentos, o jovem Afonso Henriques passa à ação. Não está disposto a aguardar o avanço do inimigo e toma a iniciativa de abrir as hostilidades. No final de 1127, início de 1128, lança-se para sul, abaixo do rio Douro, liderando pela primeira vez as suas tropas em território de D. Teresa e Fernão Peres de Trava. E conquista os importantes castelos de Neiva e Feira.

Nos meses de abril, maio e junho de 1128 intensificam-se os preparativos de ambos os lados. As mais importantes povoações

[3] Carlos Letra, *História Cronológica do Meu Portugal.*

do Douro e de Entre Douro e Minho declaram-se pelo infante. Primeiro, Guimarães, depois Braga, seguidas das restantes. Afonso Henriques, rodeado pela nobreza, instala-se no castelo de Guimarães. Mais a sul, nos paços de Coimbra, D. Teresa e Fernão Peres de Trava planeiam o ataque. No início de junho partem em direção a Guimarães, estabelecendo como ponto de encontro com as tropas vindas da Galiza Póvoa de Lanhoso – a cerca de 20 quilómetros do destino –, cujo alcaide era favorável a D. Teresa.

As tropas chefiadas pelo galego Peres de Trava estão em clara desvantagem numérica. Os seus cerca de 300 homens não chegam para enfrentar os 600 do infante Afonso Henriques – dos quais cerca de 100 seriam cavaleiros. Mas não é apenas em número que o exército português suplanta o galego. Um sentimento de coesão e lealdade une estes homens, inexistente do lado inimigo, que agrupa fidalgos galegos ou leoneses e alguns portugueses menos independentes, ligados a D. Teresa e a Peres de Trava. Além disso, estão bem armados e muito bem preparados logisticamente.

Os objetivos de D. Afonso Henriques são claros – «apoderar-se pela força do reino de Portugal»[4] – e para que a missão seja um sucesso é necessário um ataque avassalador, cujo resultado não deixe qualquer dúvida sobre a supremacia portuguesa e a sua consequente autonomia face à Galiza.

Há quem diga que Afonso Henriques começou por bater em retirada, fugindo aos galegos, para depois contra-atacar. Mas o mais provável é que o português tenha enviado batedores, em busca de informações sobre as tropas inimigas, que se viram obrigados a recolher ao castelo quando foram detetados. Esta fuga do grupo de vigilância do príncipe terá sido imediatamente seguida da batalha propriamente dita, da qual D. Afonso Henriques terá saído vitorioso.

[4] *Crónica dos Godos.*

O local exato da batalha é outro ponto de divergência. O que reúne maior consenso é o Campo de São Mamede – daí o nome dado ao confronto –, uma pequena planície a cerca de três quilómetros do castelo de Guimarães, no caminho de Guimarães para São Torcato.

A data escolhida para o confronto está carregada de simbolismo. O dia 24 de junho de 1128 – dia de São João, o santo que anunciara a vinda de Cristo e também o dia mais longo do ano, o do solstício de verão – parecia proclamar o nascimento de um novo reino, fruto de uma decisiva mudança política. Depois de horas de espera impaciente, assumindo posições estratégicas no terreno, as tropas portuguesas estão finalmente prontas e, ao sinal do comandante supremo – D. Afonso Henriques –, varrem ruidosamente a planície provocando a fuga de mais de três centenas de galegos. Ao inimigo faltaria organização, união e ânimo para combater por uma causa que nada lhe dizia.

A escassa documentação existente não refere baixas – nem mortos, nem feridos –, o que suporta a teoria da debandada geral. Registam-se apenas alguns prisioneiros – galegos que se demoraram na fuga. Quanto a D. Teresa, não foi presa nem acorrentada pelo filho (como relatam algumas lendas), mas exilada na Galiza, onde viria a falecer em 1130. O seu grande amor Fernão Peres de Trava esteve sempre presente, mas seria sepultada ao lado do marido D. Henrique. O galego morreria muitos anos mais tarde, em 1161.

Entretanto, Afonso VII de Leão e Castela, demasiado ocupado com a gestão e a política dos seus reinos, não está preocupado com a súbita mudança de poder dentro do vizinho Condado Portucalense. Atitude mantida pelo monarca durante muito tempo; chegando ao ponto de reconhecer o primo como rei, em 1143 (Tratado de Zamora), pois vê-o como uma forma de reafirmar a sua condição de soberania: um imperador, que tem reis como vassalos. Mas a

História acabaria por revelar que Afonso VII subestimara o primo e a sua vontade de ser independente.

A batalha de São Mamede – ou «a primeira tarde portuguesa»[5] – marca o nascimento de Portugal. Ao libertar o Condado Portucalense da poderosa influência galega – alimentada pela relação amorosa de D. Teresa com Fernão Peres de Trava –, D. Afonso Henriques dá o primeiro passo no processo que levará definitivamente à independência.

Após a vitória, Afonso Henriques assume o governo do Condado Portucalense, apoiado pelos seus barões e pela própria Igreja. As suas principais preocupações são agora, por um lado, acabar com a vassalagem ao primo Afonso VII, rei de Leão e Castela, desenvolvendo, por isso, uma verdadeira luta de guerrilha contra ele, a norte (na Galiza); por outro, conquistar terras aos mouros, a sul, para alargar o seu território. Mas só muitos anos depois, em 1143, com o Tratado de Zamora, a independência portuguesa será oficialmente reconhecida.

No entanto, logo em 1128 ficaram bem claras as intenções da nobreza portucalense, personificada pelo próprio D. Afonso Henriques: se dependesse deles, a criação de um reino que unisse sob a mesma bandeira galegos e portugueses nunca se concretizaria. Recusando-se a aceitar a política da alta nobreza galega e do arcebispo de Compostela, D. Diogo Gelmires, desencadearam uma forte corrente independentista que resistiria estoicamente a todas as posteriores tentativas de agregação. Mas a independência, apesar de todos os esforços políticos e militares de D. Afonso Henriques e dos seus apoiantes, levaria mais de uma década a ser concretizada.

[5] José Mattoso, *História de Portugal.*